



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES**

**PROJETO DE LEI DA LDO –**

**LEI DE DIRETRIZES**

**ORÇAMENTÁRIAS**

**PARA O EXERCÍCIO DE 2026**

**PREFEITA: SORAYA FERREIRA SALES DA CUNHA**



**DATACON: ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA**  
**ROBERVAL DIAS CORREIA**

**C.R.C. 1.460- PB - CNPJ: 08.304.883.0001-35.**  
**Rua Epitácio Pessoa, 20 – Térreo – salas 02-04.**  
**Edf. Empresarial Severino Dias - Centro.**

**- Guarabira-Pb – CEP-58200-000**

**FONES: (083) 3271-1599/8855-4677-9101-4123.**

**E- mail: [datacongba@yahoo.com.br](mailto:datacongba@yahoo.com.br)**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES**

**PROJETO DE LEI DA LDO – LEI DE DIRETRIZES**  
**ORÇAMENTÁRIAS**

**PARA O EXERCÍCIO DE 2026**

**PREFEITA**  
**SORAYA FERREIRA SALES DA CUNHA**

**CONTADOR**

**ROBERVAL DIAS CORREIA**

**CRC-1.460/PB**

**TESOUREIRO**

**BRÍCIO BRUNO SANTOS BRILHANTE**

**PREFEITA: SORAYA FERREIRA SALES DA CUNHA**



**DATACON: ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA**

**ROBERVAL DIAS CORREIA**

**C.R.C. 1.460- PB - CNPJ: 08.304.883.0001-35.**

**Rua Epitácio Pessoa, 20 – Térreo – salas 02-04.**

**Edf. Empresarial Severino Dias - Centro.**

**- Guarabira-Pb – CEP-58200-000**

**FONES: (083) 3271-1599/8855-4677-9101-4123.**

**E- mail: [datacongba@yahoo.com.br](mailto:datacongba@yahoo.com.br)**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES**

**PROJETO DE LEI DA LDO – LEI DE DIRETRIZES**  
**ORÇAMENTÁRIAS**

**PARA O EXERCÍCIO DE 2026**

**EQUIPE DE ELABORAÇÃO**

**ROBERVAL DIAS CORREIA**  
**CONTADOR CRC 1.460-PB**  
**FLAVIANA DAVI LIRA**

**EQUIPE AUXILIAR**

**MARIA ROZANIA RODRIGUES**  
**JOSICLEIDE LOPES DOSA SANTOS**

**PREFEITA: SORAYA FERREIRA SALES DA CUNHA**



**DATACON: ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA**

**ROBERVAL DIAS CORREIA**

**C.R.C. 1.460- PB - CNPJ: 08.304.883.0001-35.**

**Rua Epitácio Pessoa, 20 – Térreo – salas 02-04.**

**Edf. Empresarial Severino Dias - Centro.**

**- Guarabira-Pb – CEP-58200-000**

**FONES: (083) 3271-1599/98855-4677-9101-4123.**

**E- mail: [datacongba@yahoo.com.br](mailto:datacongba@yahoo.com.br)**

MENSAGEM nº 006/2026

 **CÂMARA MUN. DE PILOES - PB**

RECEBIDO EM 28 / 05 / 25

AS 11 : 30 HORAS

Senhor Presidente,

RESPONSÁVEL

**Câmara Municipal de Pilões-PB**

**Anderson Rodrigues de Souza e Silva**

**Presidente**

DE 23 de maio de 2026

 **CÂMARA MUNICIPAL DE PILOES-PB**

1ª DISCUSSÃO 04 / 06 / 25

2ª DISCUSSÃO 11 / 06 / 25

3ª DISCUSSÃO 11 / 06 / 25

APROVADO EM 11 / 06 / 25

REPROVADO EM / /

POR 0 VOTOS

**Câmara Municipal de Pilões-PB**

**Augusto César Alves**

**RESPONSÁVEL**

Honra-nos submeter à apreciação dessa Casa Legislativa, o Projeto de Lei, que dispõe sobre as (Diretrizes Orçamentárias) do município de Pilões, para o exercício de 2026, em cumprimento ao disposto no art. 165, Inciso I e § 2 da Constituição Federal/1988.

O Presente Projeto de Lei foi elaborado em consonância com as disposições constitucionais e da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que versam sobre a matéria, com o objetivo de aperfeiçoar o planejamento e a transparência na definição e aplicação de recursos públicos. Estabelece as metas prioritárias da Administração Pública a serem definidas na Lei Orçamentária Anual de 2026. Define ainda sobre as Orientações e a execução dos orçamentos, fiscal, da seguridade social e de despesa de Capital (investimentos).

Integram este Projeto de lei, o Anexo de Metas Fiscais, que abrangem as receitas, despesas, os resultados primário e nominal e os Anexos de Risco Fiscais, os quais descrevem sobre a situação Patrimonial do Ente, assim como também, quais os possíveis passivos contingentes capazes de afetar as contas e o patrimônio municipais.

As políticas e Diretrizes foram planejadas na Programação de trabalho as quais, estão estabelecidas no Plano Plurianual 2026/2029, sendo, as prioridades organizadas pelo Poder Executivo Municipal, para o exercício 2026, com o objetivo de alcançar ações e metas que expressam o intuito de contribuir para a melhoria das condições socioeconômicas e ambientes, prevalecendo à inclusão social, a informatização, ampliar e melhorar os serviços ofertados à população, contribuindo para melhoria de qualidade de vida dos municípios..

Nos processos de elaboração do Programa de trabalho, o Poder Executivo, priorizou, na área de Educação, metas que priorizam a universalização da oferta educacional, ampliação de números de vagas em Creches, modernização no Processo de ensino, dentre outros. No setor da Saúde, universalização dos serviços, qualificação, modernização e equipagem dos prédios da Secretaria de Saúde, aquisição de veículos modernos para transportes de pacientes. Abrangendo diversos investimentos nas áreas de saneamento e infraestrutura. Destaca-se ainda, ações voltadas ao homem do campo para desenvolvimento da agricultura.

Diante das exposições apresentadas acima, pedimos aos Nobres Vereadores a aprovação do Projeto de Lei, reitero os mais sinceros votos de elevada estima e consideração.

Gabinete da Prefeita Constitucional de Pilões-PB.

  
SORAYA FERREIRA SALES DA CUNHA

Prefeita do Município de Pilões



PROJETO DE LEI Nº 006/2025

De, 23 de Maio de 2025.

**CÂMARA MUNICIPAL DE PILOES-PB**

1ª DISCUSSÃO	04	/	06	/	25
2ª DISCUSSÃO	11	/	06	/	25
3ª DISCUSSÃO	11	/	06	/	25
APROVADO EM	11	/	06	/	25
REPROVADO EM		/		/	
POR	8				0
	VOTOS A				

**ESTABELECE AS DIRETRIZES, ORIENTAÇÕES E METAS ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

~~Câmara Municipal de Pilões-PB~~

Augusto Lezar Alves

Secretário

**PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PILOES**, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais e em atenção ao que dispõe a Lei Orgânica Municipal, bem como em consonância com o artigo 35, § 2º, inciso II do ADCT, da Constituição Federal de 1988 e em consonância com a Lei Complementar 101/2000, submete à apreciação da Egrégia Câmara Municipal, o seguinte Projeto de Lei

### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º - Ficam estabelecidas as Diretrizes Orçamentárias do Município de Pilões-PB, para o exercício de 2026**, de conformidade com o que determina o Art. 165, Parágrafo 2º, da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, combinado como Art. 4º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, orientação para elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2026, incluindo as despesas de capital, alterações na legislação tributária, equilíbrio entre receita e despesas, critérios para a transferência de recursos a entidades públicas e privadas, a seguir:

**Art. 2º - O orçamento para o exercício de 2026 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, Fundações, Fundos e Institutos que recebam recursos do tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.**

**Art. 3º - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2026 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vinculadas a Fundos, Autarquias e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social desdobrada às despesas por função, sub-função, programas, projetos, atividades ou operação especial, e, quanto a sua natureza, por categoria econômica. Grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com a Portaria SOF/STN 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverá estar anexada os Anexos exigidos nas portarias da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.**

**I – Programa**, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

**II – Atividade**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo



contínuo e permanente, da quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

**III** – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

**IV** – Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º – Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º – Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento.

§ 3º – As categorias de programação de que trata esta Lei, serão identificadas no projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

§ 4º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para o exercício de 2026 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos anexos do Plano Plurianual não se constituído, todavia, em limite à programação das despesas.

**I – Anexos de Metas Fiscais para o exercício de 2026:**

- a) As disposições relativas à organização e estrutura do Orçamento Municipal;
- b) Da estrutura do Orçamento na classificação da receita e despesa;
- c) As disposições relativas à receita geral do município;
- d) As disposições relativas à despesa geral do município;
- e) As diretrizes específicas do orçamento da seguridade social;
- f) As disposições relativas às despesas do município com pessoal e encargos sociais;
- g) Fixação das despesas de Capital;
- h) Das Transferências e Subvenções;
- i) Das Transferências a Instituições Públicas e Privadas
- J) Das disposições relativas às alterações tributárias do município
- k) As disposições relativas à dívida pública municipal;
- l) Da Amortização e do serviço da Dívida Fundada Interna



m) Das disposições finais.

## **CAPITULO I**

### **DAS METAS E RISCOS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Art. 4º** - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, as metas e prioridades fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2026, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 633, de 30 de agosto de 2006-STN e alterações posteriores.

**Art. 5º** - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta e Indireta, constituídas que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

### **EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Art. 6º** - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

### **ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

**Art. 7º** - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por Lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos.

## **CAPÍTULO II**

### **AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO ORÇAMENTO MUNICIPAL**

#### **DO EQUILIBRIO**

**Art. 8º** - Na elaboração da proposta orçamentária do Município para o exercício de 2026 será assegurado o equilíbrio, na forma da LC nº 101/2000, não podendo o valor das despesas fixadas serem superiores as das receitas previstas.

#### **DO PROJETO DE LEI**

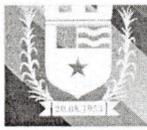
**Art. 9º** - Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos órgãos do Município, suas autarquias e fundos especiais.

**Art. 10** - O Projeto de Lei do Orçamento Anual para o exercício de 2026 será encaminhado ao Poder Legislativo, elaborado de forma compatível com a Lei Complementar n. 101/2000, com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com as disposições



da Constituição do Estado da Paraíba, com o Plano Plurianual e de conformidade com o estabelecido na Lei Orgânica do Município e no artigo 22 da LRF, seus incisos e parágrafo único e será composto de:

- I. Mensagem contendo uma análise da conjuntura econômica e as implicações sobre a proposta orçamentária;
- II. Projeto de Lei Orçamentária anual, constituída de texto e demonstrações;
- III. Consolidação do Quadro Orçamentário;
- IV. Discriminando a receita e despesa;
- V. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, IV, e parágrafo único da Lei 4.320/64.
- VI. Na Lei Orçamentária, a receita prevista e despesa fixada deverão obedecer à classificação constante dos anexos 3 e 4 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964;
- VII. A Lei Orçamentária anual deverá destacar as dotações do orçamento fiscal e da seguridade social isolada e conjuntamente, identificando a fontes de recursos;
- VIII. A Lei Orçamentária Anual conterà dotação a título de Reserva de Contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, não inferior a 1% da Receita Corrente Líquida prevista para o exercício de 2026 destinado ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;
- IX. Da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/96, por órgão, detalhando fontes e valores por programas de trabalho e grupos de despesa, (art. 212 da Constituição Federal e art. 60 dos ADCT);
- X. Da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – **FUNDEB**, na forma da legislação que dispõe sobre o assunto e alteração nos termos da Lei 14.113/2020 de 25 de dezembro de 2020, como também do VAAT, VAAR, VAAF de Legislações específicas;
- XI. Do quadro geral da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por rubrica e segundo a origem dos recursos;
- XII. Da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;
- XIII. Da aplicação dos recursos de que tratam a Emenda Constitucional nº 25;
- XIV. Da receita corrente líquida com base no art. 1º, parágrafo 1º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;
- XV. Da aplicação dos recursos reservados à Saúde de que tratam a Emenda Constitucional nº 29
- XVI. Recursos destinados a promoção de ações voltadas a Saúde, Agricultura, Assistência Social, da criança e adolescente de



forma a garantir o cumprimento dos programas específicos que visem à melhoria de qualidade da população do município e aprovados pelos seus respectivos conselhos.

§ 1º - Não sendo sancionada e publicada a Lei Orçamentária Anual até 31 de Dezembro do ano em curso, o Orçamento e as dotações previstas relativas às atividades ou projetos pertinentes às metas prevista em Lei poderá ser executado de acordo com o Art. 4º caput, da LC nº 101/2000 LRF, c/c Art. 32 caput da Lei 4,320/64, como proposto, à razão de um doze avos por mês.

§ 2º - Até trinta dias após a publicação da Lei orçamentária Anual, a prefeita Municipal divulgará o Cronograma Mensal de Desembolso e as Metas Bimestrais de Arrecadação para o exercício de 2026.

§ 3º - Ocorrendo frustração das metas bimestrais de arrecadação, ou seja, receita arrecadada até o bimestre inferior à previsão, atos do Poder Executivo e da Mesa da Câmara Municipal determinarão a limitação de empenho observando-se que:

- a) A limitação de empenho ou, simplesmente, limitação de despesa deverá ser no montante equivalente ao da diferença entre a receita arrecadada e a prevista até o bimestre;
- b) Caberá ao Poder Executivo limitar suas despesas em valor igual ao produto da multiplicação do percentual de sua participação determinado no orçamento, excluída a Reserva de Contingência, pelo montante determinado de acordo com a alínea “a” acima;
- c) Caberá a Câmara Municipal limitar suas despesas em valor igual ao produto da multiplicação do percentual de sua participação, pelo montante determinado de acordo com alínea “a” acima.
- d) As despesas com pessoal e encargos, bem como para o pagamento do principal e encargos da dívida não serão objetos de limitação.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA CLASSIFICAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS**

**Art. 11** - O Orçamento municipal compreenderá as Receitas e Despesas da Administração Direta e Indireta de modo a evidenciar a política e programas estabelecidos na sua elaboração os princípios da anualidade, unidade, equilíbrio e exclusividade, indicando-se pelo menos para cada um, no seu nível, a natureza da despesa.

§ 1º - A Classificação a que se refere este artigo corresponde aos agrupamentos de elementos de natureza da despesa conforme a lei orçamentaria anual.

§ 2º - As categorias de programação de que trata o “caput” deste artigo serão identificadas por projetos ou atividades, os quais serão integrados por título e descritor que caracterize as respectivas metas ou ação política esperada, segundo a função classificação



funcional programática estabelecida na Lei 4.320/64 e na Portaria STN 163 de 04/05/2001 e suas alterações posteriores.

§ 3º - Os serviços municipais remunerados, inclusive as atividades de execução de obras públicas, dos quais possa surgir valorização nos imóveis, cujos custos serão recuperados pela contribuição de melhoria, buscando o equilíbrio na gestão financeira, através de eficiência dos recursos que lhe foram consignados.

§ 4º - Compreenderá o Orçamento do Município como decorrência dos princípios mencionados no caput do presente artigo.

## **CAPÍTULO IV**

### **AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À RECEITA GERAL DO MUNICÍPIO**

**Art. 12** - A execução da receita obedecerá às disposições das Seções I e II do capítulo III, arts. 11 a 14 e demais disposições da LC 101/2000, assim como a Portaria 326 STN e suas alterações posteriores, considerado o desempenho econômico do Município assim classificadas de receitas Corrente e Receita de Capital a seguir.

#### **DAS RECEITAS**

##### **RECEITAS CORRENTES**

Receita Tributária  
Receita de Contribuições  
Receita Patrimonial  
Receita Agropecuária  
Receita de Serviços  
Transferências Correntes  
Outras Receitas Correntes

##### **RECEITAS DE CAPITAL**

Alienação de Bens  
Transferências de Capital  
Outras Receitas de Capital

**Art. 13** - As transferências Federais e Estaduais serão incluídas na receita com base em informações pelos setores competentes de cada esfera administrativa de Governo.

**Art. 14** - Constituem as Receitas do Município aquelas provenientes:

- I. Dos tributos de sua competência;
- II. De atividade econômica, por conveniência possa a vir executar;
- III. De transferência por força de mandamento constitucional ou de convênios firmamos com entidades Governamentais, privadas e nacionais;



- IV. De empréstimo financiamentos com prazo superior a 12 meses, autorizados por Lei específica, vinculadas a obras e serviços públicos;
- V. De empréstimos tomados por Antecipação da Receita dentro do limite estabelecido na Legislação vigente.

**Art. 15** - Na elaboração da proposta Orçamentária para o exercício de 2026, serão levados em consideração, para efeito da previsão da receita, os seguintes fatores:

- I – efeito decorrentes de alterações na legislação;
- II – variações de índices de preços;
- III- crescimento econômico;
- IV – índice inflacionário

§ 1º – A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será permitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, nos termos do Parágrafo Primeiro, do art. 12 da LC n. 101/2000.

**Art. 16** - As transferências Federais e Estaduais decorrentes de Convênios incluir-se-ão na estimativa da receita de conformidade com os valores dos projetos já aprovados ou em fase de exame pelo órgão competente.

**Art. 17** - O município fica obrigado a arrecadar todos os impostos de sua competência, inclusive o de contribuição de melhorias.

**Art. 18** – O montante da receita resultante de operações de credito estimado no orçamento ficará limitado ao valor global das despesas fixadas, obedecendo a Resolução nº 78 de 01/07/98 e alterações através das Resoluções 19 de 16/06/99 e 22 de 25/06/99 do Senado Federal.

**Art. 19** – A concessão de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária da qual ocorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, na forma prevista na LC nº 101/2000.

## **CAPÍTULO V**

### **AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESPESA GERAL DO MUNICÍPIO**

**Art. 20** - O Orçamento manterá a igualdade entre a receita e despesa, vetada a aprovação de propostas deficitárias, ressalvada a hipótese de estimativa de operações de créditos legalmente autorizadas, discriminadas a seguir.

§ 1º - No Projeto de Lei do Orçamento contem a discriminação da despesa far-se-á por categoria de programação, indicando-se, pelo menos, para cada um, no seu nível, a natureza da despesa, observando á seguinte classificação

- I – CATEGORIA ECONOMICA  
II – GRUPO DA NATUREZA DA DESPESA



III – ELEMENTO DE DESPESA

**DAS DESPESAS**

**DESPESAS CORRENTES**

Pessoal e Encargos Sociais;  
Juros e Encargos da Dívida;  
Outras Despesas Correntes

**DESPESAS DE CAPITAL**

Investimentos  
Inversões Financeiras  
Amortização da Dívida

**DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO**

- 01 – Legislativa
- 02 – Judiciária
- 04 – Administração e Planejamento
- 06 – Segurança Pública
- 08 – Assistência Social
- 09 – Previdência Social
- 10 – Saúde
- 12 – Educação
- 13 – Cultura
- 15 – Urbanismo
- 16 - Habitação
- 17 - Saneamento
- 20 - Agricultura
- 23 – Comércio e Serviços
- 24 - Comunicações
- 25 - Energia
- 26 - Transporte
- 27 - Desporto e Lazer
- 28 - Encargos Especiais
- 99 – Reserva de Contingência

**Art. 21** – As despesas relativas aos programas de assistência serão fixadas através de dotação específica cuja discriminação deverá identificar a sua finalidade.

**§ ÚNICO** – As doações e ajudas a pessoas físicas a qualquer título, inclusive em dinheiro dependerão de recursos ou declarações assinados pelos beneficiários conforme o caso, indicando o nome, endereço, número de documento e a sua finalidade, deverão ser processadas de acordo com a Lei Municipal aprovada pela Câmara Municipal.

**Art. 22** – As despesas relativas a exercícios anteriores que não tenham sido processadas na época própria serão objetos de dotações específicas observando os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 23** - A cada programa/subprograma das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social previsto no orçamento, deverá ser associado um produto, medido segundo unidades não monetárias, tendo custo unitário estimado igual ao total das dotações previstas no orçamento pra o programa/subprogramas dividido pelo número de unidade fiscal prevista.

§ 1º - Por unidades físicas entenda-se unidade do produto esperado pelo emprego de recursos públicos, exemplo: número de alunos matriculados, número de atendimentos odontológicos; número de consultas médicas; número de famílias assistidas, etc.

§ 2º - Ao final do exercício, o custo unitário terá sido o valor da despesa realizada no programa/subprograma dividido pelo número de unidades efetivamente produzidas.

§ 3º - Até 31 de janeiro de 2026, a prefeita fará divulgar o custo unitário previsto, o custo unitário realizado, o produto por programa/subprograma, a quantidade estimada e a quantidade realizada.

§ 4º - Informar-se-á, também, o total das despesas realizadas pela administração pública e total gastos na realização dos programas das áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.

**Art. 24** - O Município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento), da receita resultante de impostos, compreendendo a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal de 1988.

**Art. 25** - A despesa com resgate de dívidas previdenciárias vencidas e resultantes de parcelamento a qualquer título serão objeto de dotação específica.

**Art. 26** - A proposta orçamentária consignará dotações destinadas a contribuições ao PASEP, nunca inferior a 1% (hum por cento) da Receita estimada.

**Art. 27** - A previsão das Despesas de Capital para o exercício de 2026 será de R\$ 4.390.200,00 (Quatro milhões, trezentos e noventa mil e duzentos reais).

**Art. 28** - Poderá ser incluída dotação destinada ao pagamento de encargos com antecipação da receita, prevista no projeto de Lei Orçamentária.

**Art. 29** - Serão colocados no orçamento recursos provenientes de contra partida de convênios transferidos pela União e/ou Estado, assegurados por Lei.

## CAPITULO VI

### DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

**Art. 30** - O orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social, e



conterá dentre outros com recursos provenientes de:

- I. Receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata este artigo;
- II. De recursos oriundos do tesouro municipal;
- III. De transferência da União e/ou Estado;
- IV. De convênios, contratos, acordos e ajustes com órgãos e entidades que integram o orçamento da seguridade social;
- V. Outras receitas do Tesouro;

Parágrafo Único – A concessão de benefícios previdenciários aos segurados dos Poderes do Município, seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, será consignada ao regime Geral de Previdência (INSS), integrantes do orçamento da seguridade social.

**Art. 31** – As despesas com pagamento de INSS, FGTS e PASEP, constarão da programação de cada órgão da administração direta descentralizada, em dotação orçamentária especificada.

## CAPITULO VII

### AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

**Art. 32** – Os gastos com pessoal no exercício financeiro de 2026 dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18 a 23, da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 33** – Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

**Art. 34** – O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias, após o encerramento de cada semestre, relatório de Gestão Fiscal, explicitando, de forma individualizada, os valores de cada item considerado para efeito do cálculo das receitas líquidas e das despesas totais de pessoal, evidenciando o percentual das receitas comprometidas com pessoal.

§ 1º – Para efeito do cálculo de que trata este artigo, entende-se como despesas de pessoal, o somatório dos gastos do Município com ativos, inativos e os pensionista, relativos a mandato eletivos, cargos, funções ou emprego, com quaisquer espécies remuneratórios, tais como vencimentos e vantagens fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas à entidade de previdência, deverão ser incluídas as despesas relativa à contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação vigente.

§ 2º - A despesa total com pessoal, para o atendimento das disposições



da LC nº 101/2000, será apurado somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anterior, adotando-se o regime de competência.

§ 3º - Cabe ao serviço de contabilidade fazer a apuração dos gastos referenciados nos §§ 1º e 2º deste arquivo.

**Art. 35** – Para atendimento das disposições da Lei federal nº 11.494/2007, de 20.06.2007, o Poder executivo poderá conceder abono salarial aos profissionais do magistério, assim como, em decorrência da Emenda Constitucional 25, fica também autorizado ao pessoal ligado a Saúde.

**Art. 36** – No exercício de 2026, somente poderão ser admitidos servidores se:

- I. Existir prévia dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
- II. Aprovados em concurso público, conforme dispositivos estabelecidos em lei;
- III. Existirem cargos a preencher, conforme preposição de alteração dos quantitativos do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo Municipal;
- IV. Se ocorrer necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei.

**Art. 37** – A revisão da remuneração dos servidores e o subsídio, de que trata o inciso X, do art 37 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 19/98, para o exercício de 2026, será autorizada por Lei específica, observada a iniciativa de cada Poder, sempre na mesma data e sem distinção de índices, obedecendo a legislação vigente, conceder reajuste aos Agentes Políticos e Secretários, limitando ao estabelecido para os servidores municipais.

## **CAPITULO VIII**

### **DAS TRANSFERÊNCIAS E SUBVENÇÕES**

#### **SEÇÃO I**

**Art. 38** – As transferências ao Poder Legislativo serão feitos pelo Poder Executivo na data estabelecida no art. 168 da Constituição Federal, através de suprimento de fundos de conformidade com a Emenda Constitucional n. 25 de 14 de fevereiro de 2000, Art. 4º inciso I, alínea f da LC 101/2000, devendo o controle interno da Câmara Municipal, de acordo com o art. 74 da Constituição Federal, encaminhar até o décimo dia útil do mês subsequente o balancete do mês anterior, para efeito de processamento consolidado.

## **CAPITULO IX**

### **DAS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS**

**Art. 39** – Poderá ser incluída na proposta Orçamentária para o



exercício de 2026, bem como em suas alterações, dotações a títulos de transferências de recursos orçamentários a entidades privadas sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculados ao município, a título de subvenções da LC n. 101/2000, de formalização do instrumento de liberação de recursos e das regras do art. 116 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores.

**I** – de que as entidades sejam de atendimento direto ao público, nas áreas de Assistência Social, Saúde ou Educação e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social.

**II** – de Lei específica, autorizativa da subvenção;

**III** – da Prestação de Contas de recursos recebidos no mês anterior, que deverá, ser encaminhada, pela entidade beneficiária, até o dia 20 do mês subsequente, ao setor Financeiro da Prefeitura, na conformidade do parágrafo único do art. 70 de Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98 e das disposições da resolução n. 05/93 de 17/03/93, do Tribunal de Conta do Estado;

**IV** – da comprovação, por parte da instituição, do seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;

**V** – da apresentação dos respectivos documentos de constituição da entidade, até 31 de Julho de 2026;

**VI** – Não se encontra em situação de Inadimplência no que se refere a Prestação de Contas de subvenções recebidas de órgãos público de qualquer esfera de governo;

**§ Único** – Não constará na proposta Orçamentária para o exercício de 2026, dotações para as entidades que não atendem ao disposto nos incisos, I, III, IV e V do presente artigo;

## **CAPITULO X**

### **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS ALTERAÇÕES TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO**

**Art. 40** – Ocorrendo alteração da legislação tributária, posteriormente ao encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual ao Poder Legislativo Municipal, que impliquem, acréscimo em arrecadação à estimativa da receita constante da referida proposição, os recursos correspondentes deverão ser objetos de crédito adicional no decorrer do exercício financeiro de 2026.

**Art. 41** – Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual poderão ser considerados os efeitos de alterações na legislação tributária a que se referam a:

- I. Revisão e atualização do Imposto Predial e Territorial Urbano, buscando aumentar sua seletividade, de forma a obter o incremento proporcional na arrecadação real deste tributo;



- II. Modernização no sistema de lançamento do imposto sobre transmissão “inter vivos” e bens imóveis e de direito a eles relativos “ITBI”;
- III. Projeto de Lei complementares que tramitem no Congresso Nacional, aprimorados da tributação de competência municipal;
- IV. Revisão e atualização de taxas do poder de polícia ou pela utilização de serviços públicos específicos e divisíveis;
- V. Revisão dos preços públicos para adequá-los aos Princípios de atuação do município com caráter de empresa, perseguindo a obtenção real de rendas provenientes dos serviços de natureza industrial, comercial e civil.

§ 1º - Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2º - A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara de Vereadores poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

## **CAPÍTULO XI** **AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

### **Seção I** **Dos Precatórios**

**Art. 42** – Será consignado, no orçamento para o exercício de 2026, dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios, na forma da legislação pertinente, observadas as disposições dos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 1º - Os precatórios encaminhados pela Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2024, serão incluídos na proposta Orçamentária para o exercício de 2026, conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição Federal.

§ 2º - O Sistema de Controle Interno da Prefeitura, registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica de suas exigências, através dos serviços de contabilidade.

§ 3º – Os recursos alocados na lei orçamentária, com a destinação prevista no “caput” deste artigo, não poderão ser indicados como fonte de recursos para a cobertura de créditos adicionais que se destinem a outra finalidade.

§ 4º – Os precatórios judiciais, obrigatoriamente terão de ser pagos durante a execução da lei orçamentária mencionada no “caput” deste artigo, caso contrário, os



mesmos passarão a integrar a dívida consolidada, para fins de aplicação do limite, conforme determina o § 7º, do artigo 30, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – (LRF) Lei de Responsabilidade Fiscal.

## **CAPITULO XII**

### **DA AMORTIZAÇÃO E DO SERVIÇO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA**

**Art. 43** – O Poder executivo deverá manter registro individualizado da Dívida Fundada Interna, inclusive decorrente de assunção de débitos para com órgão Previdenciários, no Setor de Contabilidade, para efeito de acompanhamento.

**Art. 44** – O resgate das parcelas da dívida, bem como os encargos, obedecerá à disposição da LC nº 101/2000.

## **CAPITULO XIII**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 45** – O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.

**§ ÚNICO** – A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativo especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

**Art. 46** – A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 47** – É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

**Art. 48** – O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

**§ ÚNICO** – A locação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

**Art. 49** – Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II art. 24 da Lei 8.666/1993.

**Art. 50** - A Lei do Orçamento obedecerá ao disposto no artigo 7º da lei Federal 4.320/64 constará pedido de autorização para abertura de Créditos Suplementares até o limite de 35 % (Trinta e cinco por cento) do total da Receita prevista, assim como autorização para remanejamento de uma Unidade para outra e a criação de elemento de despesa dentro do mesmo PROJETO/ATIVIDADE.



**Art. 51** - O Orçamento Municipal poderá consignar recursos para financiar serviço de sua responsabilidade a serem executados por entidades de Direito Privado, mediante convênios, desde que sejam da conveniência do governo, e também demonstrado padrão de eficiência no cumprimento dos objetivos determinados.

**Art. 52** - O projeto de Lei Orçamentária anual será apresentado na forma e com os requisitos estabelecidos nesta lei, acompanhado do quadro de detalhamento de despesa.

**Art. 53** - As despesas realizadas à conta de recursos colocados a disposição do Município pela União e/ou pelo Estado com destinação específica, objeto de Convênio, dependerão de autorização legislativa específica, excetuando-se ao limite previsto para abertura de créditos suplementares.

**Art. 54** - O montante da Receita resultante de operações de crédito por antecipação estimado no orçamento ficará limitado ao valor global das despesas fixadas, obedecendo a Resolução n. 78, 19 de 16/06/99 e 22 de 25/06/99 do Senado Federal e suas alterações posteriores.

**Art. 55** - Serão alocados no Orçamento Receita e Despesas, correspondentes às transferências e complementação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e modificação através da Lei 14.113/2020 de 25/12/2020.

**Art. 56** - Manutenção da implantação do Plano Diretor Municipal.

**Art. 57** - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 58** - O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativo ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante as partes cujas alteração é proposta.

**Art. 59** - O Poder Executivo realizará plenária através de Audiência Pública, com a participação das representações da sociedade e da população em geral onde serão discutidas e colhidas proposta para a elaboração do orçamento do Município, oferecendo sugestões:

I - Ao Poder executivo até o dia 29 de julho do corrente ano, junto à Secretaria de Finanças;

II - Ao Poder Legislativo, na Comissão Técnica, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais regimentais;

III - Através de orçamento participativo:

Parágrafo único - As emendas ao orçamento indicarão,



obrigatoriamente, a fonte de recursos e atenderão as demais exigências de ordem constitucional e infraconstitucional.

**Art. 60** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 61** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua aprovação.

Gabinete da Prefeita Constitucional do Município de Pilões-PB, em 23 de maio de 2025.

*S.S. da Cunha*

**SORAYA FERREIRA SALES DA CUNHA**  
**PREFEITA**

## ANEXO DE RISCOS FISCAIS

### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) com objetivo de buscar o compromisso com a implantação de um orçamento equilibrado, estabeleceu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2026, contém as metas fiscais, a previsão de gastos compatíveis com as receitas esperadas e avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas no momento da elaboração do orçamento.

Os riscos fiscais são classificados em dois grupos: riscos orçamentários e riscos decorrentes da gestão da dívida.

Os riscos fiscais orçamentários são aqueles que dizem respeito à possibilidade das receitas e despesas previstas não se confirmarem, isto é, que durante a execução orçamentária ocorram desvios entre receitas e despesas orçadas.

No caso da receita, pode-se mencionar, como exemplo, a frustração na arrecadação de determinado imposto, em decorrência de fatos novos e imprevisíveis à época da programação orçamentária, principalmente em função de desvios entre os parâmetros estimados e efetivados. Cabe ressaltar que tais parâmetros como à aceleração ou desaceleração da economia e a flutuação cambial, sofrem influências de variáveis fora da governabilidade da esfera municipal.

A consideração de riscos fiscais para o Município de Borborema, circunscreve-se em um modelo de gestão que nas últimas décadas assentou-se na fragilização dos Estados e Municípios. As receitas federais foram incrementadas com a ampliação de alíquotas e com a criação de novas receitas, porém são receitas que não são compartilháveis sob mandamento constitucional, ao mesmo tempo que determinadas atividades econômicas que geravam tributos para os Estados e Municípios foram desoneradas.

Impõem assinalar que, na atual conjuntura internacional de crise, houve uma série de isenções concedidas pelo governo federal para estimular a economia, estas isenções reduziram o montante total de recursos que integram o Fundo de Participação dos Municípios. Assome-se isto a queda de arrecadação federal que já se demonstra significativa.

Assim um dos riscos identificados diz respeito a não efetivação do repasse de transferência da União a título de auxílio financeiro.

Como uma grande parte das despesas do Município decorre das obrigações constitucionais e legais e estas estão sujeitas a mudanças devido a alteração na legislação, o Município fica exposto a riscos orçamentários que se encontram fora de sua governabilidade.

Os reajustes concedidos ao salário mínimo, como também aos profissionais do magistério, têm impacto considerável, pois os mesmo afeta as despesas com pessoal e encargos que representam uma parte significativa da despesa total. Desta forma a concessão de aumento do salário mínimo acima da projeção orçamentária poderá gerar um risco na sua execução.

Outro risco visível decorre do fato de os Municípios virem assumindo crescentemente maiores responsabilidades, sob mandamento constitucional, como por exemplo, municipalização das políticas de saúde, educação e assistência social.

Os riscos fiscais da gestão da dívida são oriundos de dois tipos diferentes de eventos. O primeiro, diz respeito à administração da dívida, ou seja, riscos decorrentes da variação das taxas de juros vincendos e de câmbio. Já o segundo tipo se refere aos passivos contingentes, isto é, dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como os resultados de julgamento de processos judiciais que envolvam o Município.

Nesse sentido, os riscos de dívida são especialmente relevantes, pois restringem a capacidade de realização de investimentos do Município e, conseqüentemente, a expansão e aperfeiçoamento da ação governamental, sendo projetado risco, caso a variação das taxas de correção seja acima da projetada para a Dívida Fundada.

Entretanto, efetivamente ocorrem situações de riscos para o Erário que afetam as contas públicas, com determinações de majoração de vencimentos ou incorporações de vantagens, sobre os ganhos dos servidores público municipal.

Em síntese, os riscos decorrentes dos passivos contingentes têm a característica de imprevisibilidade quanto à sua concretização, por haver sempre a possibilidade de o Município recorrer a todas as instâncias judiciais para defender e comprovar a legalidade da ação pública, o que pode resultar na não ocorrência do impacto fiscal. E, mesmo na ocorrência de decisão desfavorável ao Município, o impacto fiscal dependerá da forma de pagamento a ser efetuada.

Para permitir o gerenciamento dos resultados do comportamento dessas variáveis sobre as projeções orçamentárias, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no artigo 9º, estabeleceu a avaliação bimestral das receitas, de forma a compatibilizar a execução orçamentária e financeira com vistas a minorar o impacto restritivo ao cumprimento das metas fiscais fixadas na LDO, assegurando a tendência prevista e potencializando os efeitos positivos. A avaliação bimestral, justamente com a avaliação do cumprimento das metas fiscais, efetuadas a cada quadrimestre, permite que eventuais desvios, tanto da receita, quanto da despesa, sejam administrados ao longo do ano, de forma que os riscos que se materializam sejam compensados com a realocação ou redução de despesas.

Para sua elaboração foram observadas as orientações constantes do Manual aprovado pela Portaria STN nº 471, de 31.08.04, e é composto dos seguintes demonstrativos:

**PARTE 1**

Demonstrativo I – Metas Anuais

Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior

Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido

Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Demonstrativo VI – Receita e Despesas Previdenciárias do RPPS



Demonstrativo VII – Projeção Atuarial do RPPS

Demonstrativo VIII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

Demonstrativo IX – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de  
Caráter Continuado

Demonstrativo X – Fixação das Despesas de Capital para o exercício de  
2026.

**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
<b>I – RISCOS FISCAIS ORÇAMENTÁRIOS</b> Realização de despesas não passíveis de previsão em decorrência de situação de emergência ou de estado de calamidade pública (enchentes, vendavais, seca, surtos epidêmicos)	R\$ 145.000,00
<b>II – RISCOS FISCAIS DA DÍVIDA</b> Ações judiciais que venham a serem ingressadas contra o Município, que possam motivar desembolso financeiro no exercício de 2026, inclusive de natureza tributária trabalhista.	R\$ 101.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 246.000,00</b>

**ANEXO DE PRIORIDADES E METAS PARA 2026**

O presente documento, elaborado para dar cumprimento ao disposto no § 2º, do art. 165, da Constituição Federal, integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, sendo o seu conteúdo destinado a orientar a elaboração do Orçamento do exercício.

Tem por objetivo estabelecer as prioridades da Administração para o exercício de 2026 e as metas físicas em valores correntes, relativas às atividades e projetos a serem desenvolvidos no exercício, em consonância com o Plano Plurianual, as quais se traduzem no seguinte:

- 1) modernizar e informatizar a administração pública municipal, aperfeiçoando o sistema de planejamento, administração financeira, pessoal, comunicação social, informática e automação;
- 2) adquirir e distribuir merenda escolar entre os alunos do ensino infantil e fundamental, a fim de incentivar e melhorar a frequência e o aprendizado;
- 3) desenvolver o esporte amador e prestar apoio, se necessário, às entidades incentivadoras das atividades esportivas, criando o espírito de coletividade e competição, necessária à formação de atletas municipais;
- 4) democratizar o acesso à cultura, no que se refere aos meios de produção e espaços culturais, com incentivo às festas típicas;
- 5) construir e ampliar unidades sanitárias para atendimento à população de baixa renda;
- 6) adquirir instrumentos para equipar, reformar e ampliar a rede física de serviços públicos;

7) manter ações de saúde individual (consulta médica, consulta odontológica) e coletiva (vigilância sanitária, epidemiológica, saneamento básico) em quantidade e qualidade necessárias e suficientes para reduzir os indicadores de morbi-mortalidade da população;

8) adquirir e distribuir medicamentos básicos, satisfazendo às necessidades da população e das ações de saúde em geral;

9) atender emergencialmente as pessoas em situação de extrema carência e as vítimas de calamidade pública ou situações de emergência;

10) manter e aprimorar os serviços de abastecimento de água, coleta e deposição final de esgotos sanitários;

11) criar e ampliar áreas que para incentivar a instalação e ampliação de indústrias e empresas de modo geral;

12) incentivar as atividades de fomento com ênfase em estratégias setoriais adequadas ao perfil sócio-econômico do Município;

13) difundir e ampliar o uso de práticas de irrigação e drenagem, objetivando o aumento da produção agrícola;

14) oferecer condições que visem o aumento dos investimentos no setor agropecuário, proporcionando o aumento da produtividade rural;

15) oferecer assistência técnica e desenvolver trabalhos de extensão rural junto às unidades de produção agropecuária e à família rural, bem como apoiar o desenvolvimento de projetos de outras esferas de governo;

16) construir casas populares, destinadas à população de baixa renda;

17) instalar equipamentos comunitários em áreas habitacionais de baixa renda e executar obras de infra-estrutura;

18) adquirir veículos, máquinas e equipamentos para execução de serviços públicos municipais, em especial para área de saúde;

19) ampliar, reformar e construir Unidades Escolares;

20) incentivar e apoiar as empresas locais na participação e exposição em feiras;

21) incentivar e fomentar o associativismo e cooperativismo e outras modalidades de organizações voltadas ao desenvolvimento econômico do município;

22) promover através de parcerias entre organizações governamentais e não governamentais a criação de programas que transformem em produtos reais as vocações e potencialidades econômicas do município;

23) Ampliar o número de vagas nas creches e em estabelecimentos de educação infantil (ensino pré-escolar) que visem atender todas as crianças com idade de até 06 anos;

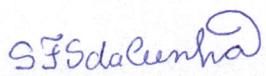
24) Incremento do aumento de vagas no ensino fundamental para atender a todas as crianças em idade escolarizável;

25) Elevar o índice de qualidade de vida da população;

26) celebrar convênios com o governo federal e estadual, objetivando a execução de obras, serviços e outros organismos de programas visando à implantação de políticas de interesse municipal;

- a) Preservação do meio-ambiente
- b) Desenvolvimento de Projetos de Habitação Urbana e Rural pra a população de baixa renda
- c) Preservação do patrimônio histórico cultura e político social
- d) Saneamento Básico
- e) Aprimorar a infra-estrutura municipal
- f) Atendimento á criança e ao Adolescente em Jornada ampliada
- g) Melhoria da qualidade de vida e valorização da cultura
- h) geração de Emprego e Renda
- i) Desenvolver ações de apoio a política públicas para a juventude
- g) Reestruturar o Plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores e do quadro do magistério

Pilões – PB, 23 de Maio de 2025

  
**SORAYA FERREIRA SALES DA CUNHA**  
Prefeita do Município de Pilões